



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS
Curso de Ciências Contábeis
Área de Pesquisa: Contabilidade pública

YASMIM OLIVEIRA MACIEL ALMEIDA

**GASTOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS
GASTOS EM SAÚDE NO PERÍODO 2012- 2014**

**Brasília
2015**

YASMIM OLIVEIRA MACIEL ALMEIDA

GASTOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS
GASTOS EM SAÚDE NO PERÍODO 2012-2014

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Ciências Contábeis do
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).
Orientador: Prof. Romildo Araújo da Silva

Brasília
2015

YASMIM OLIVEIRA MACIEL ALMEIDA

**GASTOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS
GASTOS EM SAÚDE NO PERÍODO 2012-2014**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Ciências Contábeis do
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).
Orientador: Prof. Ms. Romildo Araújo da Silva

Brasília, 25 de novembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Romildo Araújo da Silva
(Orientador)

Prof. Flávio Alves Carlos
(professor EXAMINADOR)

Prof. Gladston Guimarães Naves
(professor EXAMINADOR)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a prioridade dos gastos na saúde do Distrito Federal dos exercícios 2012 a 2014, verificando se a prioridade é para novos investimentos ou manutenção da máquina administrativa, notadamente investigando-se a participação dos gastos de pessoal na composição dos gastos públicos nessa área. Para atingir os objetivos da pesquisa foi usada a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos já publicados e, para a obtenção dos dados, foi realizada a coleta de dados em relatórios disponibilizados pelos órgãos públicos relacionados e nos dados divulgados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). São apresentadas análises que demonstram o volume dos gastos com as despesas correntes e de capital discriminando as suas evidências. Constatou-se que a prioridade dos gastos do Distrito Federal na saúde, no período estudado, foi o gasto com despesas correntes, e principalmente com pagamento de pessoal, caracterizando assim que o governo ou está priorizando apenas a manutenção, ou os recursos que lhes são disponibilizados não são suficientes para suprir os dois tipos de gastos e ampliar os investimentos.

Palavras - chave: Governo do Distrito Federal. Gasto público em Saúde. Gastos correntes. Investimentos.

1 INTRODUÇÃO

Os investimentos realizados pelo setor público no que diz respeito a saúde, têm influência direta, positiva ou negativa para a sociedade, dessa forma, é importante saber onde o governo aplica seus recursos, quais são suas prioridades e o que é evidenciado pela Contabilidade Pública.

No âmbito da Administração Pública, a contabilidade é desempenhada no sentido de estudar e controlar o patrimônio, gerando informações úteis para a tomada de decisões.

A Administração Pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão do bem público, possibilitando que os interesses da sociedade sejam alcançados. Pode-se dizer ainda, que a administração pública tem o propósito de possibilitar que as funções básicas do Estado sejam cumpridas (ARAÚJO; ARRUDA, 2004).

Para melhor entender a contabilidade pública, é necessário conhecer seu funcionamento e como são identificadas e reconhecidas as despesas e as receitas no setor público, a fim de avaliar o efeito no patrimônio líquido. Quanto às categorias econômicas, as despesas e as receitas são segregadas em despesas e receitas correntes e de capital.

No Distrito Federal, assim como os estados e municípios, os recursos destinados a saúde são oriundos da sociedade, empréstimos de terceiros, dentre outros. Tais recursos são utilizados tanto para suprir as despesas fixadas quanto para investir em novos investimentos, bem como a construção de novos hospitais. Dessa forma, é de suma importância identificar onde a maior parte dos recursos recebidos está sendo investida ou aplicada.

Nesse sentido, a importância de discutir esse tema se traduz na transparência e publicidade que o governo deve buscar para demonstrar como está aplicando os recursos que lhes são disponibilizados pela sociedade, assim como para identificar a parcela de recursos que são investidos na saúde, pois são por meio dos gastos de capital que obras importantes são disponibilizadas para a população como novos hospitais, postos de saúde, etc.

Diante do exposto, busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: **qual a prioridade dos gastos na saúde do Distrito Federal no período de 2012 a 2014?**

Para responder a questão mencionada, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a prioridade dos gastos na saúde do Distrito Federal no período de 2012 a 2014. Para atingir o objetivo geral serão estudados os seguintes objetivos específicos:

- analisar os gastos correntes e de capital;
- identificar os principais gastos na área da saúde do DF;
- identificar eventuais variações dos gastos no período de 2012 a 2014;
- analisar o impacto dos recursos da união e do Distrito Federal.

É relevante estudar as aplicações de recursos pelos governos na área da saúde, identificando se a prioridade dos gastos é direcionada para a manutenção ou para novos investimentos, ou seja, se os recursos públicos são mais aplicados em despesas correntes ou de capital.

Para melhor análise dos objetivos pretendidos a pesquisa foi dividida em quatro partes: O referencial teórico abordando uma base da contabilidade aplicada ao setor público, os gastos públicos e os gastos na manutenção da máquina administrativa e os Investimentos na saúde do Distrito Federal, em seguida a metodologia aplicada ao estudo, descrição e análise dos dados e por fim as considerações finais além da referida introdução.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade no setor público

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. (NBCT 16.1)

Na percepção de Garcia e Castro (2004), o objetivo da contabilidade pública é o orçamento público, onde o orçamento é relacionado com a possibilidade de controle do gasto público e, no que diz respeito ao social, é um mecanismo onde a sociedade pode controlar a ação dos governantes.

É por meio do orçamento que é feito todo o planejamento público, nele será feito a fixação das despesas e a previsão das receitas, conterà todos os valores dos investimentos que estão sendo executados e os que ainda estão em planejamento.

A classificação das despesas, na categoria econômica, são segregadas em despesas correntes e de capital, segundo Silva (2004), as despesas correntes se referem a desembolsos ou aplicações que não resulta compensação patrimonial gerando uma diminuição no patrimônio, já as despesas de capital, afirma que são aquelas despesas que constituem desembolso ou aplicação que resulte mutação compensatória nos elementos do patrimônio, ou seja, as despesas correntes são aquelas que não contribuem diretamente para o aumento do patrimônio, já as despesas de capital são aquelas que impactam diretamente para o aumento do bem público.

A contabilidade pública pode ser vista pelo aspecto patrimonial ou orçamentário, sendo que o patrimonial é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, registradas segundo os princípios da competência e oportunidade, e é usada principalmente para a gestão, já o aspecto orçamentário é apurado pela diferença entre as receitas arrecadas e as despesas empenhadas e visa demonstrar a folga orçamentária.

A contabilidade pública tem passado por significativas transformações devido às convergências para os padrões internacionais.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2012), os primeiros passos para a convergência das normas, foi a edição da lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que trata da elaboração e controle do orçamento publico, e das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, NBCT 16. Tais normas são de extrema relevância para a convergência aos padrões internacionais, pois é através delas que são regidas as principais normas e procedimentos contábeis.

Em 14 de dezembro de 2011 a STN publicou a Portaria nº 828, que regulamenta a importância da divulgação de um cronograma de ações que visa demonstrar as principais inovações na contabilidade pública conforme citadas abaixo:

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura; VI - Implementação do sistema de custos; VII - Aplicação do Plano

de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais; VIII - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Essas e outras mudanças foram feitas com o intuito de trazer para a contabilidade pública normas mais atuais, de forma a acompanhar o processo de convergência das normas internacionais.

2.2 Gastos públicos

O estudo dos gastos públicos está relacionado com a análise da intervenção do Estado na economia do país, essencialmente, por meio da obtenção dos recursos disponíveis na sociedade e a sua realocação em bens e serviços públicos para atendimento das políticas de governo (SILVA, 2007).

Analisar os gastos do governo é uma forma de perceber o esforço estatal na provisão de recursos para o atendimento das necessidades sociais. O gasto público é um elemento importante para a geração de bens e serviços sociais que se situam no rol das responsabilidades do poder público (CASTRO, 2005).

No Brasil a principal fonte de captação e distribuição de recursos é a cobrança de tributos que são arrecadados do meio social, com a finalidade de aplicá-los em novos investimentos e infraestrutura que visam ao bem-estar social e o crescimento econômico do país.

A prática de uma boa gestão dos gastos públicos interfere diretamente no desenvolvimento da economia do país e contribui para sua ascensão. Segundo Slomski (2005 apud SILVA, 2008, p. 15) “controlar gastos públicos não é apenas conter seu volume e o custo de financiamento decorrente de dívidas eventualmente assumidas, é assegurar que esses sejam gastos de qualidade, dotados de eficiência, eficácia e efetividade.”.

Visando uma maior satisfação da sociedade e, conseqüente, gerando um maior crescimento econômico do Estado, o governo busca através de programas sociais e novos investimentos, atender as necessidades da sociedade.

Segundo Rezende *et al* (2005), é um desafio para as entidades públicas demonstrar para a sociedade a melhora da qualidade de vida através dos investimentos públicos. Se este objetivo fosse alcançado demonstraria a eficácia da gestão pública, criando assim mecanismos de transparência para a gestão dos órgãos governamentais, um processo de avaliação do desempenho e retorno social dos recursos públicos.

Diante do exposto acima é importante compreender a prestação de contas. Slomski (2005) afirma que não basta ter apenas a informação de quanto arrecadou e quanto gastou, é preciso evidenciar para a sociedade qual foi o resultado econômico produzido pelo gasto, de forma transparente e compreensiva. Para ele evidenciar a eficiência na gestão dos recursos públicos é algo que deve ser perseguido.

2.3 O Gasto público na Manutenção da Máquina Administrativa e os Investimentos em Saúde

Os gastos públicos constituem-se na principal forma de atuação do governo, representam os custos da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo, nele o governo poderá estabelecer prioridades, no que diz respeito aos investimentos a serem realizados e a prestação de serviços públicos. Os gastos públicos, também podem ser considerados, como a totalidade dos gastos governamentais mais as despesas do governo com suas atividades econômicas produtivas. (RIANI, 1997)

A apresentação dos gastos realizados pelo governo poderá ter diversas composições, Nesta pesquisa irá ser tratada a classificação quanto à natureza econômica dos gastos públicos que podem ser segregados em despesa corrente e de capital.

As despesas correntes, segundo Giacomoni (2005), constituem em dotações para manutenção de serviços criados anteriormente, até mesmo as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis e dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços. São todas as despesas que possibilitam determinar a participação do consumo do setor público, ou seja, são despesas sem as quais a máquina administrativa e de serviços do Estado não funcionaria.

São classificadas como despesas de capital, de acordo com Giacomoni (2005), aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para revenda, a concessão de empréstimos e a amortização de dívidas. Na percepção de Riani (1997), as despesas de capital representam os gastos com investimentos realizados pelo governo, constituem-se tanto em obras e instalações quanto em integralização de capital de empresas públicas.

A segregação das despesas públicas em correntes e de capital, segundo Firmo Filho (2015), resulta na necessidade econômica que ajuda a mensurar a demanda governamental no universo da demanda agregada ao país e presta-se especialmente a mensurar consequências de

índoles econômicas advindas da atuação do governo, pois as despesas correntes dão ao governo uma ideia do tamanho do consumo governamental, enquanto as despesas de capital mostra a grandeza da poupança pública.

Os gastos correntes são bastante usufruídos pela administração pública, principalmente por se tratar de gastos com manutenção, o que por sua vez não é muito satisfatório para a economia do país, pois assim os investimentos seriam pouco priorizados. Segundo Silva (2015) as despesas correntes visam atender gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas como aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, etc. Dessa forma, por se tratar de gastos essenciais, o governo dá uma maior importância a esses gastos, o que, do ponto de vista econômico, não seria a melhor forma de gestão dos recursos por não agregar valor ao bem público.

De acordo com Reis (2008) o investimento em infra-estrutura é essencial para o crescimento econômico tendo em vista que aumenta o retorno dos insumos privados (capital e trabalho) e fomenta os investimentos privados o que conseqüentemente contribui para elevação do nível de emprego e renda.

É importante que o governo esteja voltado a priorizar novos investimentos de forma que possa aumentar a satisfação social por meio da intervenção governamental, pois é através de novos investimentos, criação de novos postos de saúde e hospitais é que a população será beneficiada, gerando novos empregos, novas oportunidades, inclusive para futuras gerações.

3 METODOLOGIA

De acordo com Oliveira (2003), a Metodologia é a demonstração do caminho a ser percorrido para atingir o objetivo proposto pela pesquisa.

A abordagem utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa que segundo Silva (2010), a abordagem qualitativa é aquela que trabalha com dados qualitativos, sendo dados extraídos pelo pesquisador que não são necessariamente expressos por números, as técnicas utilizadas são observação participante e análise documental.

A classificação da pesquisa, quanto aos objetivos pretendidos, foi realizada pelo método descritivo, pois na percepção de Silva (2004) a pesquisa descritiva visa descrever as

características de determinada população ou fenômeno. Envolvem o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados assumindo, em geral, a forma de levantamento. O presente estudo visa avaliar a prioridade dos gastos com a saúde do governo do Distrito Federal no período de 2012 a 2014, bem como para identificar as parcelas de recursos que são disponibilizados para manutenção da saúde pública e para novos investimentos.

Para atender ao objetivo da pesquisa baseia-se na pesquisa bibliográfica que segundo Fontelles *et al* (2009) a base da pesquisa bibliográfica é composta por uma análise de material publicado. É utilizada para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos e até mesmo, de material disponibilizado na internet.

Os instrumentos principais utilizados para a realização da pesquisa foram: o acesso a livros e artigos publicados e materiais disponibilizados na internet. Para a análise dos dados questionados foram utilizados relatórios disponibilizados pelos órgãos de controle, notadamente os dados divulgados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da análise dos relatórios sobre as contas do Governo do DF no ano de 2012, 2013 e 2014, disponíveis na página eletrônica do TCDF, utilizado também dados da secretaria de fazenda, e da página eletrônica Siga Brasília. Foram utilizados também dados internos do Tribunal de contas do Distrito Federal, através do programa Siggo e PSIAG, dos anos de 2012 a 2014, principalmente de 2014, devido a não disponibilização dos relatórios desses valores, como os demais anos.

Os parâmetros para a análise dos dados serão feitos com base em percentuais previamente calculados, tomando como base o valor total das despesas, posteriormente, será feita uma média simples dos valores dos três anos, para achar um percentual médio de execução das despesas na saúde.

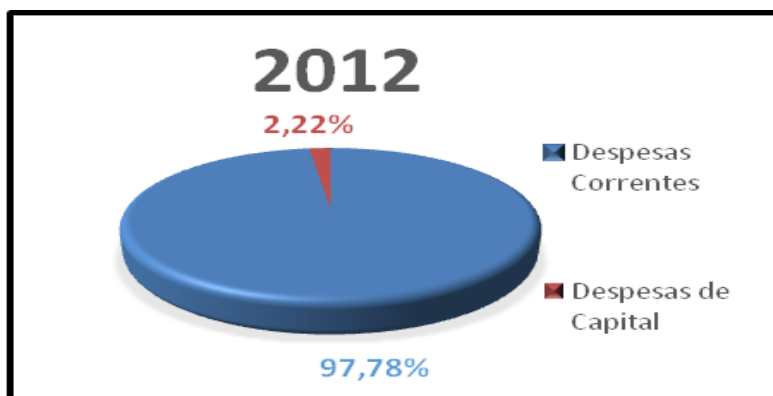
4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise das despesas orçamentárias

O Governo do Distrito Federal, assim como qualquer estado ou município, tem suas despesas segregadas em corrente e de capital, no que diz respeito a categoria econômica.

Para a análise da pesquisa foi observado, com base nos dados do fundo de saúde do Distrito Federal, o comportamento das despesas correntes e de capital, a fim de identificar a prioridade dos gastos com manutenção e investimentos. O gráfico abaixo demonstra qual a parcela da despesa total foi destinada a despesas correntes e de capital no período de 2012 a 2014.

Gráfico 1: Demonstração da despesa quanto à categoria econômica- 2012

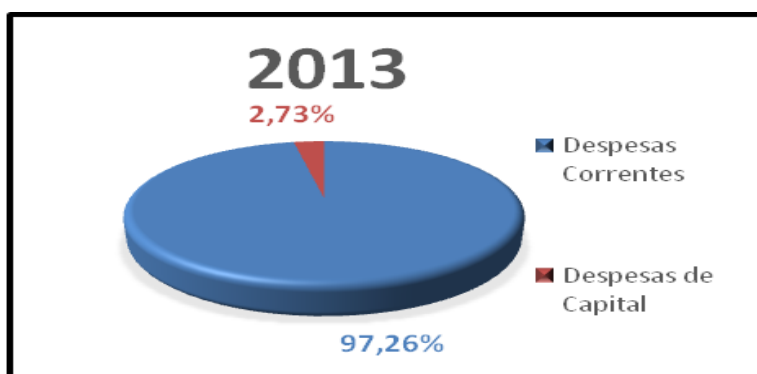


Fonte: PSIAG (2012). Preparação da autora

No ano de 2012, conforme o gráfico acima, 97,78% são referentes a gastos com despesas correntes, e apenas 2,22% são gastos com despesas de capital.

Abaixo será demonstrada a execução das despesas correntes e de capital no ano de 2013, para evidenciar onde está a maior concentração das despesas na saúde.

Gráfico 2: Demonstração da despesa quanto à categoria econômica - 2013

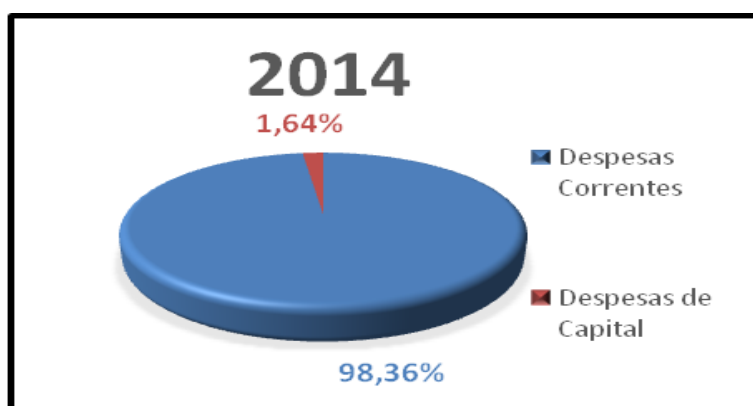


Fonte: PSIAG (2013). Preparação da autora

Em 2013, 97,26% foram destinados a despesas correntes e 2,73% para despesas de capital, tendo um aumento de 1% para as despesas de capital.

Em 2014, 98,36% dos gastos são com despesas correntes e 1,64% com despesa de capital, repetindo a mesma situação do ano de 2012.

Gráfico 3: Demonstração da despesa quanto à categoria econômica- 2014



Fonte: PSIAG (2014). Preparação da autora

De acordo com o gráfico dos três anos, em média, 97% são gastos com despesas correntes, ou seja, grande parte das despesas com a saúde do DF é destinada à manutenção.

Demonstram-se abaixo os valores das despesas correntes e de capital e suas principais despesas em relação a despesa total e seus respectivos percentuais, gastos esses que são destinação dos recursos do Distrito Federal.

Tabela 1: Despesa orçamentária total com recursos do Distrito Federal

Despesas	2012		2013		2014	
	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total
CORRENTES	2.256.659.045,98	97,78%	2.739.874.018,72	97,26%	3.124.013.022,04	98,36%
Pessoal	1.033.101.452,90	44,76%	1.409.421.978,44	50,03%	1.615.445.534,80	50,86%
Outras correntes	1.223.557.593,08	53,02%	1.330.452.040,28	47,23%	1.508.567.487,24	47,50%
DE CAPITAL	51.223.241,33	2,22%	77.280.362,48	2,74%	52.152.260,24	1,64%
Investimentos	50.355.013,13	2,18%	76.773.895,69	2,73%	52.152.260,24	1,64%
DESP. ORÇ. SAÚDE	2.307.882.287,31	100%	2.817.154.381,20	100%	3.176.165.282,28	100%

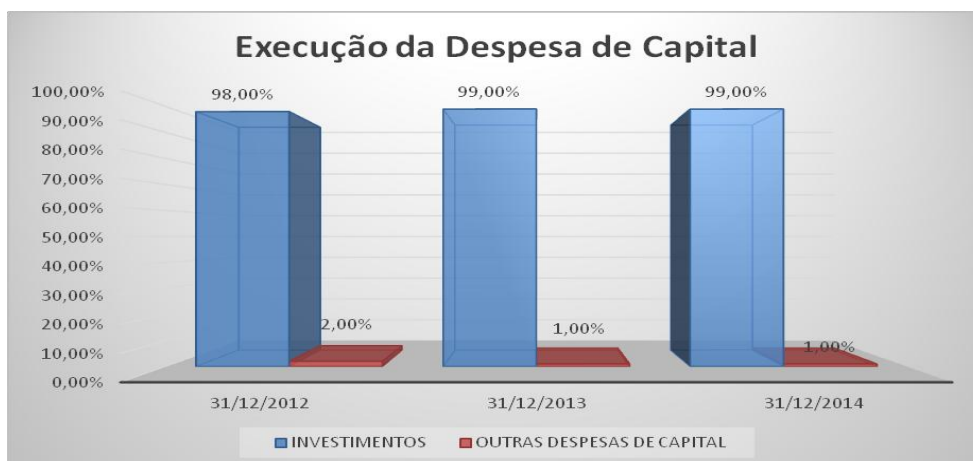
Fonte: Siggo (2012, 2013, 2014); Relatórios TCDF (2012, 2013, 2014). Preparação da autora

Nota-se que em relação a despesa total na saúde, média de 97,8% são para gastos correntes e apenas 2,2% para despesa de capital, sendo que nas despesas correntes, os gastos que mais se destacaram foram as despesas com pessoal e outras despesas correntes, tais

despesas podem ser material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviço de terceiros, auxílio alimentação, dentre outras despesas.

Para melhor evidência dos valores descritos, no gráfico a baixo mostra a representação das despesas de capital nos últimos três anos.

Gráfico 4: Execução da despesa por grupo de despesa - Despesa de Capital

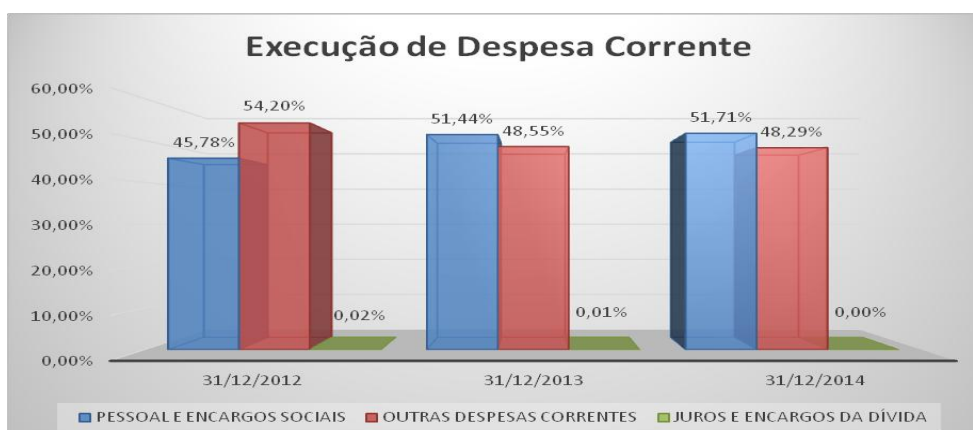


Fonte: PSIAG (2012, 2013, 2014). Preparação da autora

Percebe-se que, no ano de 2012, 98% das despesas de capital são para investimentos, com 2% de destinação para outras despesas de capital. Nos anos de 2013 e 2014, 99% são destinadas a investimentos e 1% para outras despesas de capital.

Em seguida, serão apresentados os percentuais referentes aos gastos correntes e as despesas que mais impactaram tais gastos no período de 2012 a 2014.

Gráfico 5: Execução da despesa por grupo de despesa - Despesa Corrente



Fonte: PSIAG (2012, 2013, 2014). Preparação da autora.

O gráfico mostra que, do total das despesas autorizadas para despesas correntes no período de 2012 a 2014, 46%, 51% e 52%, respectivamente, são referentes a gastos com pessoal e encargos sociais.

Conforme os dados expostos em tabelas e gráficos anteriormente, percebe-se um percentual elevado das despesas correntes em relação a despesa total e, entre os gastos correntes, a despesa de pessoal representa um percentual médio próximo de 50%. Dessa forma, pode-se afirmar que, aproximadamente, metade dos gastos correntes corresponde a pessoal e a outra metade às demais despesas com a manutenção e funcionamento do sistema de saúde do DF, que são outras despesas correntes, como despesas de água, luz, limpeza, segurança, serviços terceirizados, medicamentos, etc.

Entre as despesas correntes, os juros e encargos da dívida representam os menores encargos, com percentual muito reduzido.

Ainda quanto as outras despesas correntes, em 2012 o percentual representou 54%, com redução para 48% nos anos seguintes, o que indica uma maior prioridade pelos gastos de pessoal, em detrimento dos outros gastos correntes.

Quanto às despesas de capital, que representa em média 2% da despesa total, 98%, 99% e 99%, respectivamente, do total das despesas desta natureza, são designados aos investimentos, e o restante destinado a outras despesas de capital.

4.2 Gastos com Pessoal

Devido ao percentual elevado dos gastos com pessoal em relação ao total das despesas gastas, serão evidenciados os recursos recebidos da União e a parcela dos recursos do orçamento do DF destinada a essa natureza de despesa.

Tabela 2: Demonstração da parcela de recursos destinados ao gasto com pessoal

Despesas	2012		2013		2014	
	(A)	%	(B)	%	(C)	%
Pessoal e encargos						
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	1.033.101	27,71%	1.409.421	32,79%	1.615.445	33%
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	2.695.222	72,29%	2.888.681	67,21%	3.261.080	67%
Total de Pessoal	3.728.323	100%	4.298.102	100%	4.876.525	100%

Fonte: Siggo (2012, 2013, 2014); Relatórios TCDF (2012, 2013, 2014). Preparação da autora.

Da despesa total com pessoal, em média, 69% é representada por gastos com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (recursos recebidos da União por transferência), enquanto que 31%, na média anual, são despesas cobertas por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do DF. Com base nas informações acima, pode-se afirmar que o GDF paga sua despesa de pessoal com, aproximadamente, 2/3 do total do gasto com recursos da União, via FCDF.

No ano de 2014 o valor gasto com pessoal em relação aos anos anteriores teve um aumento significativo, de 13,45%, no total da despesa.

Conforme recente publicação do Governo do DF e do TCDF, o gasto de pessoal do Poder Executivo do DF, no último quadrimestre de 2014, ultrapassou o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o alerta emitido às Secretarias de Fazenda e de Planejamento sobre a extrapolação do limite prudencial (95%) de gastos com pessoal. Ao ultrapassar esse limite, o GDF fica submetido a várias proibições previstas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme descrito na página eletrônica do TCDF¹.

Ao ultrapassar o limite prudencial, existem outras restrições ao governo local, conforme previsto na LRF, a seguir transcritas.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Pode-se perceber que a despesa de pessoal na área da Saúde tem contribuído para se ultrapasse esse limite legal, considerando os aumentos de gastos demonstrados na Tabela 2, acima.

¹ <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/visualizar-noticias>

4.3 Os Investimentos na área da saúde

Os recursos destinados a investimentos, como visto anteriormente, representam um percentual baixo em relação as despesas com manutenção gastas na saúde. Dentro do grupo de despesas de investimentos, existem vários outros grupos, demonstrados na tabela abaixo, segregados por programas de governo, e quanto cada grupo representa do valor total dos programas.

Tabela 3: Gastos com Investimento por natureza da despesa

Natureza da Despesa	2012		2013		2014	
	Liquidada	%	Liquidada	%	Liquidada	%
Obras e Instalações	17.337.466,37	34,00%	31.513.251,71	40,97%	2.772.019,22	5,12%
Equipamentos e Material Permanente	32.549.485,18	63,84%	44.328.605,91	57,64%	35.930.935,45	66,43%
Amortização da Dívida Contratual	868.228,20	1,70%	506.466,79	0,66%	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	232.234	0,46%	560.659,42	0,73%	15.387.778,94	28,45%
TOTAL	50.987.413,27	100%	76.908.983,83	100%	54.090.733,61	100%

Fonte: Siggo (2012, 2013, 2014). Preparação da autora.

Nota-se que de todos os grupos apresentados, o que tem maior percentual dos investimentos é o grupo de aquisição de material permanente, seguido por obras e instalações. Verificando-se os programas de trabalho mais significativos, tem-se o quadro a seguir, com a indicação daqueles que tiverem maior execução no orçamento do DF:

PROGRAMAS	2013
Aquisição de Equipamentos-equipamentos e Materiais Permanentes	22,76%
Ampliação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Bloco II do Hospital da Criança de Brasília - HCB	19,94%
Implantação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA - Regiões Administrativas	17,96%
Contratualização dos Hospitais de Ensino - Manutenção dos Credenciamentos	11,98%
Desenvolvimentos das Ações de Atenção Primária em Saúde	8,40%
Gestão da Informação e dos Sistemas de TI	4,54%
Atendimento de Urgência Pré-hospitalar-Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-Samu/192	4,45%
Gestão e Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	2,60%
Implantação de Unidades de Atenção em Saúde Mental - Centros de Atenção Psicossocial - Caps	1,79%
Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde - Ações Integradas	1,65%

Fonte: Relatórios doTCDF (2013).

Quadro 1: Programas de trabalho

Identificou-se que o programa de Aquisição de equipamentos e materiais permanentes teve o maior nível de execução orçamentária, com percentual de 22,76% de execução.

4.4 O gasto da Saúde em comparação com o orçamento total do DF

Assim como visto nos gastos com pessoal, os recursos do Distrito Federal têm várias outras origens, e uma das principais destinações de recursos do DF, são recebidos da União, através do Fundo Constitucional do DF. A tabela abaixo demonstra qual a parcela da despesa total da saúde, é gasta com recursos do Fundo Constitucional e do Orçamento do Distrito Federal.

Tabela 4: Despesa total com a saúde no Distrito Federal

Despesas	2012		2013		2014	
	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total
FCDF - Saúde/Pessoal	2.695.222.000,00	53,87%	2.888.681.000	50,63%	3.261.080.000	50,66%
OFSS – Orçamentária	2.307.882.287,31	46,13%	2.817.154.381,20	49,37%	3.176.165.282,28	49,34%
DESP. TOTAL SAÚDE	5.003.104.287,31	100%	5.705.835.381,20	100%	6.437.245.282,28	100%

Fonte: Siggo (2012, 2013, 2014); Relatórios TCDF (2012, 2013, 2014). Preparação da autora.

Observa-se que a maior parcela dos gastos na saúde é de origem do Fundo Constitucional do DF, com média entre os anos de 51,72%, sendo esses recursos destinados, principalmente para gastos com pessoal.

Tabela 5: Despesa orçamentária total com recursos do Distrito Federal

Despesas	2012		2013		2014	
	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total	Liquidada	% do total
DESP. TOTAL SAÚDE	5.003.104	16,50%	5.705.835	17,20%	6.437.245	17,62%
FCDF - Todos	9.951.681	32,82%	10.694.879	32,24%	11.664.209	31,92%
OFSS - Todos	14.857.315	49,00%	16.665.187	50,23%	18.230.995	49,89%
ESTATAIS	5.510.161	18,17%	5.815.506	17,53%	6.647.574	18,19%
TOTAL GASTO DF	30.319.157	100%	33.175.629	100%	36.542.778	100%

Fonte: SEFAZ/DF – Contas do Governo 2014; Siggo (2012, 2013, 2014). Preparação da autora.

Analisando agora em uma perspectiva geral, o quanto cada recurso contribui para a despesa total do Distrito Federal e qual a parcela da despesa com saúde no DF. Nota-se que o orçamento fiscal e da seguridade social é que tem o percentual mais elevado, concluindo

então o DF paga maior parte de suas despesas com seus próprios recursos. Pode-se perceber, ainda, que, em média apenas 17% das despesas do GDF são para a saúde, um valor consideravelmente baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo destina parte dos recursos recolhidos da sociedade, na forma de impostos, para o financiamento da saúde. Tais recursos são utilizados tanto para suprir as despesas fixadas quanto para investir em novos investimentos, bem como a construção de novos hospitais. Dessa forma, é de suma importância identificar onde a maior parte dos recursos recebidos está sendo investida ou aplicada.

Esta pesquisa busca avaliar a prioridade dos gastos na saúde do Distrito Federal no período de 2012 a 2014, por meio da análise dos gastos realizados com os recursos próprios e das transferências recebidas do governo federal.

Os dados analisados evidenciaram que, em média, 97% dos gastos total na saúde do Distrito Federal são gastos com despesas correntes, e apenas 3% com despesa de capital. Foi observado o elevado percentual com despesas correntes, e visto que quase 50% dos gastos correntes foram designados a pagamento de pessoal, e os outros 50% outras despesas correntes.

Verificou-se que a parcela dos recursos da União e do Distrito Federal que foram destinadas aos gastos, e quanto cada recurso representa das despesas gastas, e foi evidenciado que o GDF utiliza-se mais do fundo constitucional do Distrito Federal para gastos com pessoal. Porém, no que diz respeito a despesa total, o DF emprega mais dos recursos do orçamento fiscal e seguridade social, com média de 49,70%.

Da despesa total do Distrito Federal em média R\$ 5.715.394,66 são referentes a gastos com saúde, representando 17% da despesa total do DF. Esse índice representa um percentual relativamente baixo em relação ao total das despesas, o que significa que o governo não tem priorizado os investimentos na área da saúde do DF.

Observou-se, também, os gastos com investimentos, analisando-os por programas, onde foi visto que dentro dos grupos de investimentos, o que mais houve execução foi o de aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Os dados analisados levam à conclusão de que a prioridade dos gastos do Distrito Federal na saúde, no período estudado, foi para as despesas correntes, e principalmente com pagamento de pessoal, caracterizando assim que o governo ou está priorizando apenas a manutenção da atividade administrativa, ou os recursos que lhe são disponibilizados não são suficientes para suprir os dois tipos de gastos, tendo assim que apenas conservar o patrimônio público, com indícios de que são insuficientes os recursos aplicados em investimentos.

A limitação da pesquisa se dá, na dificuldade de conseguir a melhor base de dados, tendo em vista que, são muitas as formas de se conseguir os gastos do governo, porém cada um tem um formato diferente e base de dados diferentes, dificultando assim a comparação dos dados. Outra limitação foi a dificuldade de conseguir os valores relacionados ao ano de 2014, pelo fato do governo não ter divulgado os relatórios deste ano.

Recomenda-se para futuras pesquisas acadêmicas, relacionadas a este assunto, analisar, não somente os gastos com a saúde, mas também os gastos em geral do governo como transporte e a educação, podendo também analisar em uma percepção nacional.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública:** da teoria á pratica. Atualizada conforme a lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Secretaria do tesouro nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público** - MCASP, 5. ed. 2012.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000.** Lei de Responsabilidade Fiscal.

_____. Tribunal de contas do distrito federal. **Contas de governo.** Disponível em: < <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/contas-de-governo>>. Acesso em: 26 Out. 2015.

_____. Secretaria do tesouro nacional. **Portaria nº 828, de 14 de Dezembro de 2011.** Disponível em:

<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortSTN_828_20111214.pdf>
> Acesso em: 15 Jun. 2015.

_____. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade** aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal:** Guia para reformulação do ensino e implantação do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel. São Paulo: Atlas, 2004.

FIRMO FILHO, Alípio Reis. **Conceito de despesa pública.** 2015. Disponível em: < https://www.editoraferreira.com.br/medias/1/media/professores/ToqueDeMestre/AlipioReis/toque_32_alipio_reis.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Garcia Marilda; FARIAS, Hasegawa Samantha; FONTELLES, Simões Garcia Renata. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 2009. Disponível em: < https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf> . Acesso em: 15 Jun. 2015.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RESENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista universo contábil**, Blumenau, v.1, n.1, p 24-40 jan./abr. 2005.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

REIS, Artur Faria dos. **Investimento Público em Infra-Estrutura e Privatizações.** 2008. Disponível em:< <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211121390-.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Romildo Araújo da. **Evolução e dinâmica dos gastos do governo federal brasileiro no período 1995-2005**. 2007. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em de Ciências Contábeis, UNB-UFPB-UFRN, Brasília, 2007.

SILVA, Danilo Lourenço dos Santos. **Importância da Contabilidade no controle dos Gastos Públicos**. 2008. Disponível em:<
<http://www.repositorio.uniceub.br/handle/123456789/2255>>. Acesso em: 15 Jun. 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**:orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e Organização de Pesquisa**. 2004. Disponível em:
<<http://joinville.ifsc.edu.br/~debora/PAC/Metodologia%20e%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Projeto%20de%20Pesquisa%20CEFET%20CE.pdf>> Acesso em: 15 Jun. 2015

SILVA, Maurício Corrêa da Silva et al . **Análises das variações das despesas correntes e de capital do governo federal no período de 1981 a 2010**. 2015. Disponível em:<
<http://conaci.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Análises-das-variações-das-despesas-correntes-e-de-capital-do-Governo-Federal-no-período-de-1981-a-2010.pdf>>. Acesso em: 23 Jun. 2015.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas.2005

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.